

tel-Branco, nos cargos dirigentes do mesmo nível da Direcção-Geral da Administração e Emprego Público;

8) Do subdirector-geral da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) engenheiro António Camacho Rosado Fonseca;

9) Da subdirectora-geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros Dr.ª Ana Maria Pestana de Deus Morais e da subdirectora-geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros Dr.ª Maria Luísa Vicente Teixeira.

O presente despacho produz efeitos no dia 1 de Abril de 2007.

30 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

#### Despacho n.º 7064/2007

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 18.º e nos n.ºs 3 e 5 do artigo 19.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugados com os artigos 3.º e 8.º do Decreto Regulamentar n.º 20/2007, de 29 de Março, nomeio o licenciado José Manuel Carreto para exercer, em comissão de serviço, o cargo de secretário-geral-adjunto do Ministério das Finanças e da Administração Pública, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2007.

A presente nomeação fundamenta-se na competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, tal como atesta o respectivo currículo, que é publicado em anexo ao presente despacho.

30 de Março de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

#### ANEXO

##### Curriculum

Nome — José Manuel Carreto.

Data de nascimento — 12 de Novembro de 1954.

Naturalidade — Penamacor, Castelo Branco.

Estado civil — casado.

Formação académica — licenciatura em Direito.

Actividade profissional:

Em 1976 iniciou a actividade profissional na Direcção-Geral de Contabilidade Pública;

Em 1992 transitou para a carreira técnica superior jurista;

Em 1996 é nomeado chefe de divisão de contabilidade;

Em 1999 é nomeado director de serviços dos Recursos Humanos;

Em 2001 é nomeado director de serviços administrativos e financeiros da Inspeção-Geral do Ambiente;

Em 2003 foi provido na categoria de assessor de orçamento e conta principal jurista na Direcção-Geral do Orçamento;

Desde 1 de Janeiro de 2004 que é adjunto do secretário-geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

Participação em grupos de trabalho:

Colaboração nos trabalhos preparatórios do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março;

Coordenador do grupo de trabalho de revisão do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março;

Membro do grupo de trabalho do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

Membro do grupo de trabalho do Decreto-Lei n.º 55/99, de 2 de Março.

Outros:

Co-autor da obra *Novo Regime Jurídico de Realização de Despesas Públicas*, Editora Rei dos Livros, 1996;

Orador convidado para o tema «Os procedimentos por negociação e por ajuste directo» no seminário sobre contratação pública organizado pelo Tribunal de Contas nos dias 26 e 27 de Novembro de 1997 na Fundação Calouste Gulbenkian;

Formador, no âmbito da Administração Pública, do regime da realização de despesas públicas e aquisição de bens e serviços.

#### Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

#### Despacho n.º 7065/2007

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, determino, com efeitos a 1 de Abril de 2007, a cessação das funções de assessoria económica do meu Gabinete

do mestre Hélder Manuel Gomes dos Reis, para as quais foi nomeado pelo despacho n.º 16 927/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 150, de 5 de Agosto de 2005, por virtude da sua nomeação como subdirector-geral do Gabinete do Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI).

Ao cessar a sua colaboração a este Gabinete, louvo o mestre Hélder Manuel Gomes dos Reis pela qualidade do trabalho desempenhado neste Gabinete, designadamente no que respeita ao acompanhamento dos diversos assuntos que lhe foram confiados, nos quais sempre demonstrou um elevado empenho e uma grande capacidade de trabalho e organização, sendo de realçar, nomeadamente, o acompanhamento das matérias relacionadas com o Orçamento do Estado, contrato de titularização de créditos, acompanhamento permanente da cobrança dos impostos geridos pela DGCI e DGAIEC, bem como a elaboração de estudos relacionados com o impacte de diversas alterações legislativas e, ainda, a participação em representação do Gabinete em grupos de trabalho, com destaque para os que tiveram por finalidade a revisão da Lei das Finanças Regionais e da Lei das Finanças Locais. Saliento, ainda, o seu excelente relacionamento pessoal com os restantes membros do Gabinete, bem como com todos os dirigentes e funcionários das diversas entidades com quem, no decurso da sua actividade, teve de se relacionar.

É, pois, inteiramente justo o louvor que lhe presto pelas funções desempenhadas nesta Secretaria de Estado.

31 de Março de 2007. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *João José Amaral Tomaz*.

#### Direcção-Geral dos Impostos

#### Aviso (extracto) n.º 6774/2007

Por despacho do director-geral dos Impostos de 28 de Fevereiro de 2007, proferido nos termos dos artigos 13.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, foram nomeados, em regime de substituição, Armando António Duarte Baleia no cargo de chefe do S. F. de Cascais 1, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 1 de Março de 2007, Maria de Lurdes Pegas Miranda Gonzalez no cargo de chefe de finanças-adjunta do S. F. Lisboa 13, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 30 de Dezembro de 2006, João Brito Ferreira Velasco Sousa no cargo de chefe do S. F. do Porto 6, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 28 de Fevereiro de 2007, e Luís Alberto Dias Osório no cargo de chefe do S. F. de Albufeira, por impedimento do titular, com efeitos reportados a 1 de Março de 2007.

2 de Março de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### EXÉRCITO

#### Comando do Pessoal

#### Direcção de Administração de Recursos Humanos

#### Repartição de Pessoal Civil

#### Despacho (extracto) n.º 7066/2007

Por despacho de 15 de Fevereiro de 2007 do TGEN AGE, proferido no uso de competência delegada, foi Ana Maria Costa Lima Peniche, auxiliar de acção educativa pertencente ao quadro de vinculação distrital do Porto, Ministério da Educação, nomeada, em comissão de serviço extraordinária, nos termos dos n.ºs 2 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal civil do Exército (QPCE), ficando colocada na Escola Prática de Serviços (EPS). Tem direito ao vencimento correspondente ao escalão 1, índice 199. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Março de 2007. — O Chefe da Repartição, *José da Silva Pereira Lima*, COR INF.

#### Despacho (extracto) n.º 7067/2007

Por despacho de 15 de Fevereiro de 2007 do TGEN AGE, proferido no uso de competência delegada, foi Lídia Maria Fonseca Bernardo

de Melo nomeada definitivamente na carreira e categoria de assistente administrativo do quadro de pessoal civil do Exército (QPCE), nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos reportados a 10 de Abril de 2006, com colocação na Direcção de Infra-Estruturas (DIE). Tem direito ao vencimento correspondente ao escalão 1, índice 199. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

1 de Março de 2007. — O Chefe da Repartição, *José da Silva Pereira Lima*, COR INF.

#### **Despacho (extracto) n.º 7068/2007**

Por despacho de 21 de Março de 2007 do MGEN DARH, proferido no uso de competência subdelegada, foi Paulo Alexandre Ferreira da Costa nomeado, por tempo indeterminado, na carreira e categoria de cozinheiro do quadro de pessoal civil do Exército, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ficando colocado no Regimento de Manutenção. Tem direito ao escalão 3, índice 160. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Março de 2007. — O Chefe da Repartição, *José da Silva Pereira Lima*, COR INF.

#### **Despacho (extracto) n.º 7069/2007**

Por despacho de 8 de Março de 2007 do tenente-general ajudante-general do Exército, proferido no uso de competência delegada, foi João Gabriel Feijó Martins da Silva, técnico de informática estagiário, nomeado, por tempo indeterminado, na categoria de técnico de informática, grau 1, nível 1, área funcional de informática, da carreira de técnico de informática, do quadro de pessoal civil do Exército (QPCE), nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, precedendo processo de reclassificação, ficando colocado no CIE, sendo integrado no escalão 1, índice 332. Conta tempo na carreira desde 27 de Março de 2006 e na categoria desde 28 de Setembro de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Março de 2007. — O Chefe da Repartição, *José da Silva Pereira Lima*, COR INF.

#### **Despacho (extracto) n.º 7070/2007**

Por despacho de 21 de Março de 2007 do MGEN DARH, proferido no uso de competência subdelegada, foi Nelson Alberto Madeira Coelho nomeado, por tempo indeterminado, na carreira e categoria de cozinheiro do quadro de pessoal civil do Exército, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ficando colocado na Escola do Serviço de Saúde Militar. Tem direito ao escalão 3, índice 160. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Março de 2007. — O Chefe da Repartição, *José da Silva Pereira Lima*, COR INF.

#### **Despacho (extracto) n.º 7071/2007**

Por despacho de 16 Março de 2007 do tenente-general ajudante-general do Exército Português, proferido no uso de competências delegadas, foi promovido à categoria de técnico superior de 2.ª classe da área funcional de consultor jurídico do quadro de pessoal civil do Exército (QPCE), nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos a 16 de Janeiro de 2007, ficando exonerado da categoria anterior à data de aceitação do novo lugar, o técnico superior estagiário João Maria Vieira Clemente, do Comando Operacional, do mesmo quadro e serviço. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Março de 2007. — O Chefe da Repartição, *José da Silva Pereira Lima*, COR INF.

#### **Despacho (extracto) n.º 7072/2007**

Por despacho de 21 de Março de 2007 do MGEN DARH, proferido no uso de competência subdelegada, foi Luís Filipe Cunha Graça nomeado, por tempo indeterminado, na carreira e categoria de cozinheiro do quadro de pessoal civil do Exército, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ficando colocado na Academia Militar. Tem direito ao escalão 3, índice 160. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Março de 2007. — O Chefe da Repartição, *José da Silva Pereira Lima*, COR INF.

## **FORÇA AÉREA**

### **Comando de Pessoal da Força Aérea**

#### **Base do Lumiar**

#### **Despacho n.º 7073/2007**

##### **Subdelegação de competências**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no comandante da Esquadilha de Administração, CAP/ADMAER 119772-L, Pedro Dinis Capinha Maio, a competência para autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços, até ao montante de € 4000, que me foi subdelegada pelo n.º 1 do despacho do comandante do Pessoal da Força Aérea, de 29 de Janeiro de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 43, de 1 de Março de 2007, sob o n.º 3685/2007.

2 — Em conformidade com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 21/82, de 30 de Janeiro, subdelego ainda na entidade referida no número anterior a competência para autorizar o pagamento de despesas e a cobrança de receitas, bem como assinar requisições de fundos do tesouro e outra documentação relativa à execução da gestão financeira corrente da Base do Lumiar.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 22 de Janeiro de 2007, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pela entidade supra-referida que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências e que tenham sido praticados em data anterior à respectiva publicação.

9 de Março de 2007. — O Comandante, *José Armindo Carneiro Miguel*, COR/NAV.

## **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

### **Secretaria-Geral**

#### **Aviso n.º 6775/2007**

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, comunica-se que foi elaborada a lista de antiguidade do pessoal da Auditoria Jurídica do Ministério da Justiça relativa a 31 de Dezembro de 2006, já afixada para consulta.

Conforme o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do mencionado diploma, o prazo de reclamações é de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

22 de Fevereiro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

#### **Aviso n.º 6776/2007**

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, comunica-se que foi elaborada a lista de antiguidade do pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça relativa a 31 de Dezembro de 2006, já afixada para consulta.

Conforme o disposto no n.º 1 do artigo 96.º do mencionado diploma, o prazo de reclamações é de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

22 de Fevereiro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

### **Direcção-Geral dos Registos e do Notariado**

#### **Aviso (extracto) n.º 6777/2007**

No seguimento do processo de privatização do notariado concretizado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, os funcionários dos cartórios notariais foram integrados em quadros de pessoal paralelos dos respectivos municípios, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º, sendo afectos a serviços externos dos registos por aplicação do disposto no n.º 4 do mesmo preceito ou ficando na situação de licença sem vencimento para os que optaram pela privatização, ao abrigo do n.º 4 do artigo 107.º ou do n.º 2 do artigo 108.º Assim, publica-se a lista nominativa dos funcionários dos quadros paralelos abaixo indicados, referentes a cartórios notariais que já entraram em funcionamento como privados e cujas licenças foram atribuídas na sequência do concurso aberto pelo aviso n.º 4235/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 6 de Abril de 2006: